

PROJETO DE LEI Nº 42/2004

RECEBIDO EM: 12 de maio de 2004

Nº DO PROJETO: 42/2004

SÚMULA: Declara de utilidade pública municipal a Associação de Idosos de São Roque do Chopim.

AUTOR: Enio Ruaro – PP

LEITURA EM PLENÁRIO DIA: 13 de maio de 2004.

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 30 de agosto de 2004

Aprovado por unanimidade - com 14 (quatorze) votos a favor.

Votaram a favor: Agostinho Rossi – PTB, Antonio Urbano da Silva – PL, Clóvis Gresele – PP, Enio Ruaro - PP, Gilson Marcondes – PV, Laurinha Luiza Dall'Igna – PP, Leonir José Favin – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Nereu Faustino Ceni – PC do B, Pedro Martins de Mello – PFL, Silvio Hasse – PDT, Valmir Tasca – PFL, Vilmar Maccari – PDT e Vilson Dala Costa – PMDB.

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 2 de setembro de 2004

Aprovado por unanimidade - com 14 (quatorze) votos a favor.

Votaram a favor: Agostinho Rossi – PTB, Antonio Urbano da Silva – PL, Clóvis Gresele – PP, Enio Ruaro - PP, Gilson Marcondes – PV, Laurinha Luiza Dall'Igna – PP, Leonir José Favin – PMDB, Nelson Bertani – PDT, Nereu Faustino Ceni – PC do B, Pedro Martins de Mello – PFL, Silvio Hasse – PDT, Valmir Tasca – PFL, Vilmar Maccari – PDT e Vilson Dala Costa – PMDB.

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 3 de setembro de 2004

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 917/2004

Lei nº 2377, de 22 de setembro de 2004. Promulgada pelo Presidente da Câmara – Vereador Dirceu Dimas Pereira - PPS

PUBLICADA: Jornal Diário do Povo - Edição nº 3370 do dia 23 de setembro de 2004.

DIÁRIO DO POVO

ANO XIX - EDIÇÃO 3370 - PATO BRANCO, QUINTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2004

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO ESTADO DO PARANÁ

LEI N° 2.377, DE 22 DE SETEMBRO DE 2004.

Súmula: Declara de utilidade pública municipal a Associação de Idosos de São Roque do Chopim.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do parágrafo 5º do artigo 36, da Lei Orgânica Municipal, com a nova redação dada pela Emenda a Lei Orgânica Municipal n° 3 de 9 de novembro de 1994, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação de Idosos de São Roque do Chopim – AISRC, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob n° 04.726.331/0001-64, com sede no Distrito de São Roque do Chopim, em Pato Branco, Estado do Paraná.

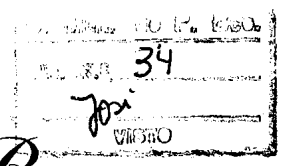
Art. 2º A entidade referida no artigo 1º se obriga a apresentar anualmente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, relatório circunstanciado dos serviços prestados a comunidade durante o ano anterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta lei decorre do projeto de lei n° 42/2004, de autoria vereador Enio Ruaro – PP.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 22 de setembro de 2004.

Dirceu Elias Pereira
Presidente



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

LEI Nº 2.377, DE 22 DE SETEMBRO DE 2004.

Súmula: Declara de utilidade pública municipal a Associação de Idosos de São Roque do Chopim.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do parágrafo 5º do artigo 36, da Lei Orgânica Municipal, com a nova redação dada pela Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 3 de 9 de novembro de 1994, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a **Associação de Idosos de São Roque do Chopim – AISRC**, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 04.726.331/0001-64, com sede no Distrito de São Roque do Chopim, em Pato Branco, Estado do Paraná.

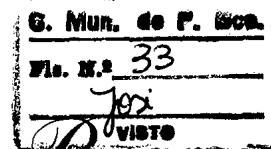
Art. 2º A entidade referida no artigo 1º se obriga a apresentar anualmente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, relatório circunstanciado dos serviços prestados a comunidade durante o ano anterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta lei decorre do projeto de lei nº 42/2004, de autoria vereador Enio Ruaro – PP.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 22 de setembro de 2004.


Dirceu Diniz Pereira
Presidente



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 42/2004

Súmula: Declara de utilidade pública municipal a Associação de Idosos de São Roque do Chopim.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a **Associação de Idosos de São Roque do Chopim – AISRC**, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 04.726.331/0001-64, com sede no Distrito de São Roque do Chopim, em Pato Branco, Estado do Paraná.

Art. 2º A entidade referida no artigo 1º se obriga a apresentar anualmente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, relatório circunstanciado dos serviços prestados a comunidade durante o ano anterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta lei decorre do projeto de lei nº 42/2004, de autoria vereador Enio Ruaro – PP.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 42/2004

Pretende o vereador Enio Ruaro-PP, através do projeto de lei nº 42/2004, 12 de maio de 2004, obter autorização desta Casa de Leis, para declarar de Utilidade Pública Municipal, a Associação de Idosos de São Roque do Chopim, inscrita no CNPJ 04.726.331/0001-64.

Os órgãos públicos, a família e a sociedade têm o dever de assegurar ao idoso os direitos a cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida em sociedade.

A proposição, conforme observa-se em seu estatuto social, preenche os requisitos exigidos pela Lei Municipal nº 2.340, de 1º de junho de 2004, que estabelece normas de declaração de utilidade pública, de sociedades civis, associações e fundações constituídas no município de Pato Branco.

Esta relatoria analisando a matéria, emite parecer favorável a sua tramitação e aprovação, tendo em vista, que as ações com relação a política municipal ao idoso são extremamente necessárias e de grande relevância, visando assegurar melhores condições de vida, através do exercício pleno de seus direitos, sua participação e integração no desenvolvimento econômico, social, político e cultural.


É o parecer, SMJ.


Pato Branco, 17 de agosto de 2004.


Nelson Bertani – PDT
Presidente


Enio Ruaro-PP
Membro


Leonir José Favin - PMDB
Membro


Clóvis Gresele – PPB
Relator


Antonio Urbano da Silva - PL
Membro

COMISSÃO DE MÉRITO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 42/2004

O vereador Enio Ruaro – PP, pretende, através do projeto de lei ora analisado, obter autorização legislativa para declarar de **utilidade pública municipal a Associação de Idosos de São Roque do Chopim.**

A Associação de Idosos de São Roque do Chopim foi constituída em 17 de setembro de 1997, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, tem sede no Distrito de São Roque do Chopim, município de Pato Branco.

Pelo que observamos a entidade, que tem caráter social, cultural e recreativo, com fins não lucrativos e não políticos, encontra-se amparada legalmente, atendendo as prescrições estabelecidas na lei nº 1046/91, e alterações promovidas pela lei nº 2146/2002.

O que se pretende com a declaração de utilidade pública da referida entidade é torná-la apta a receber repasses de subvenções sociais, para o que é necessário o reconhecimento da mesma como de utilidade pública, atendendo assim ao que dispõe o artigo 17 da lei nº 4.320/64.

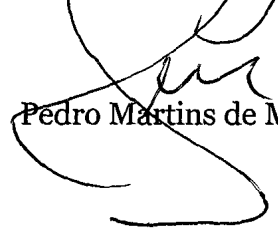
Diante disso, pela legalidade e necessidade da matéria, após análise, esta comissão define por exarar **PARECER FAVORÁVEL** a sua tramitação e aprovação.


É o parecer, SMJ.

Pato Branco, 27 de agosto de 2004.


Laurinha Lulva Dall'igna – PP


Nereu Faustino Seni – PC do B
Presidente


Pedro Martins de Mello – PFL


Silvio Hasse – PDT


Vilmar Maccari – PDT
Relator

ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 042/2004

Pretende o ilustre Vereador Enio Ruaro, através do Projeto de Lei em epígrafe, obter o apoio do douto Plenário desta Casa de Leis, para declarar de utilidade pública municipal a **“ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS DE SÃO ROQUE DO CHOPIM - AISRC”**, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro no Distrito de São Roque do Chopim, em Pato Branco, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 04.726.331/0001-64.

Com a declaração de utilidade pública terá a referida entidade condições de pleitear recursos em órgãos e esferas governamentais, objetivando implementar as finalidades consignadas em seu estatuto social, entre outras vantagens.

Pelo que se verifica dos documentos anexos, **a entidade atende as prescrições estabelecidas na Lei nºs 1.046/91 e alterações promovidas pela Lei nº 2.146/2002**, ou seja, possui personalidade jurídica há mais de um ano, estatuto social e ata de sua diretoria atual devidamente registrados em cartório, documentos referentes ao balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, declaração de isenção de Imposto de Renda e cadastro nacional de pessoas jurídicas.

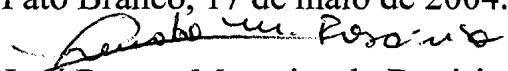
Verificando o estatuto social anexo, constatamos que a referida entidade tem por finalidade caráter social, cultural e recreativo de fins não lucrativos e não políticos. Dispõe ainda, **de forma genérica, que não serão distribuídos lucros, dividendos, bonificações ou vantagens, sob qualquer pretexto, a dirigentes, conselheiros e associados (art. 28).**

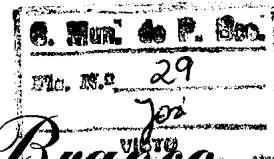
Os eventuais recursos (auxílios) a serem pleiteados pela aludida entidade civil junto a municipalidade, após obtenção da declaração de utilidade pública, dependerá de expressa previsão orçamentária e disponibilidade financeira, para serem deferidos, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para fins de repasse de subvenções sociais é necessário o reconhecimento da entidade subvencionada como de utilidade pública, a fim de que seja atingido o disposto no art. 17 da Lei nº 4.320/64.

A matéria possui condições de seguir sua regimental tramitação, por encontrar-se amparada nos preceitos legais acima indicados.

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

Pato Branco, 17 de maio de 2004.


José Renato Monteiro do Rosário
ASSESSOR JURÍDICO



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

EXMO. SR.**DIRCEU DIMAS PEREIRA****DD. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

O Vereador infra-assinado, **ENIO RUARO - PP**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação do douto Plenário e solicita o apoio dos nobres pares para a aprovação do seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 042/2004

Súmula: Declara de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS DE SÃO ROQUE DO CHOPIM.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS DE SÃO ROQUE DO CHOPIM - AISRC, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 04.726.331/0001-64, com sede no Distrito de São Roque do Chopim, em Pato Branco, Estado do Paraná.

Art. 2º - A entidade referida no artigo 1º se obriga a apresentar anualmente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, relatório circunstanciado dos serviços prestados a comunidade durante o ano anterior.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 12 de maio de 2004.

Enio Ruaro – Vereador PP
PROPONENTE

Aos dezessete dias do mês de Setembro de 1988, às 14:00hs, no pavilhão da Comunidade de São Roque do Chapim, sito à BR 158, Município de Pató Branco, Estado do Paraná, reuniram-se os membros do Grupo de Idosos, para sua 1ª reunião ordinária. A sua criação se deu no dia 12 do corrente, numa reunião, com a presença de (52) cinquenta e duas pessoas, estiveram presentes para dar apoio a Sr. Iori Busatto, Lúcia Cantini e Carmem, representantes da Ação Social, além do Presidente da Câmara, Aldir Vendrusculo, e o ex-deputado Ivanio Guerra e o Radialista Uldemiro Cantini, a reunião foi marcada pelo entusiasmo dos presentes, ficou também definido que o nome do grupo será de Grupo de Idosos São Roque, e ficou definido que o grupo terá a 1ª reunião de Trabalho, nesta data, na qual foram definidas as seguintes questões: Será convocado a enfermeira para participar das reuniões; foi decidido que as reuniões serão às quartas, toda 15 dias, com início às 14hs, foi definido também que será cobrada 1,00 por mês de cada para ajudar a manter os dispesos do grupo, que será pago até o dia 10 de cada mês, após foi debatido sobre os assuntos para a próxima reunião, ficando definido que será o seguinte: o palestrante sobre o funcionamento do grupo de idosos, além de doces, bolos e diversões, foi feito convite para as pessoas irem na palestra sobre jogos no todos dias 18 e 19 de Setembro e para a caminhada do dia do idoso dia 28 do corrente na Praça de P. Seco, em seguida foi deixando as pessoas à vontade para se distraírem e após encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar, foi coordenada pelo a presente ata que vai assinada por mim, e pelos

Inácio Alípio Christ
Arlindo Soares Keller
Angélica Tanalla
Raully Ponte
H. Infante da Silva
Assunta R. Solierai
Geremina Lette Tildoni

C. M. 10 P. 100
26
70x

CARTÓRIO VIEIRA
REGISTRO DE FIMES E DOCUMENTOS E PASSAGENS JUDICIAIS
DOCUMENTO PROTOCOLADO, REGISTRADO E ARQUIVADO
EM MICROFILME 30x40
PATO BRANCO 07-11-2000
28929
Abdugall Vieira - Samara - Oficial
Jaqueleia Samara / Maria Odilene Fátima Escrivães
R. Iguaçu, 476 - 4º And. - Sala 405 - CCI
Tel. (046) 225-2455 - Pato Branco - PR



ATA

No primeiro dia do mês de novembro de Dois mil, no pavilhão da Comunidade de São Roque do Chapim, sito a BR 158, município de Pato Branco, estiveram reunidos os membros do Grupo de Idosos São Roque, com a finalidade de aprovar o estatuto do Grupo, além do regimento interno e a diretoria que é formada pelos seguintes membros: Presidente, Angelina Zanolla; coordenador, Carlinho Antonio Palazzo; vice-presidente, Assunta Sobierai; Secretário, Augustinho Palazzo; 2º Secretário, Eliseu Tinto; Tesoureiro, Angelo Pegoraro; 2º Tesoureiro, Uivaldino Rossoni. Conselho fiscal: Célia Testolin, Irene Baroni e Antonio Tinto. Foi aberto a reunião pelo Presidente, que fez a leitura do estatuto e do Regimento interno que foi aprovado pela unanimidade de todos presentes, em seguida o presidente colocou para aprovação a formação da Diretoria, que da mesma forma, foi aprovada pelos presentes. Em seguida, foi deixada a palavra livre, não havendo interessados, o presidente agradeceu a presença dos membros, e convidou a todos para a próxima reunião. Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião. Eu como coordenador, lavo a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

Augustinho Palazzo
Assunta R. Sobierai
Angelo Pegoraro
Eliseu Tinto
Uivaldino Rossoni
Irene Baroni
Antonio Tinto
Célia Testolin

Angelina J. Zanolla
Célia R. Testolin

CARTÓRIO VIEIRA
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
DOCUMENTO PROTOCOLADO, REGISTRADO E ARQUIVADO
EM MICROFILME, SOB N.º

PATO
BRANCO

26930

Abegail Vieira Samara Oficial
Jaquele Samara 7 Maria Cristina Talyta Escrevente
R. Iguaçu, 476 - 4º And. - Sala 405 - CCI
Tel. (046) 225-2455 - Pato Branco - PR

Elisio Trent

Antônia do Tinto

Guizinha Reis da Rocha

João Maria Reis da Rocha

Sueli S. Rossi

Orai de Lima

Dora Malog

Suzi Malog

Antonio S. da Rocha

Geratide Tranatli

Lucia Ribeiro de Jesus

Geremina Gette Antonio

Tereza Suzin

Generoso Duarte

Antonio Pacheco

Inais S. Padioto

Clotilde Palazzo

Libera Frioli

Alviseo Schmoetz

Maria Rosa Raposo Schmoetz

Elma Baldi

Salvete Tazetto

Gracielina Tazetto

Vinodino Rossi

Monica de Sousa

Eva Magas

2. P. B. B. 23
70x



Ata

ção
no
rele
da
de

Aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e três
16/07-2003 reuniram-se no parilho da Capela de
São Roque município de Pato Branco o grupo da 3ª ida
de São Roque. Estando presente 31 membros dos
45 associados para a troca da diretoria do
grupo. A chapa consta dos seguintes membros
Coordenadora: Angelina Zanola, Presidente
Augustinho Polazzo, Vice-presidente Vivaldino
Ronsoni, 1º Tesoureiro Claudino Bollon, 2º Tesou
reiro Angelo Legoraro, 1º Secretário Assunta
Solvierai, e 2º Secretário Inácio Alípio Crist.
Conselheiros: Lucia Crist, Sueli Ronsoni
Yacira Bertoldo, Celso Testolin. Todos assumiram
suas funções com o objetivo de trabalhar para
que o grupo cresça e que mais tarde a Asso
ciação tenha a sua sede própria Sem nada
mais a constar em Secretaria lavrei a presente
ata que será assinada por mim e por todos
os demais mesmos presentes.

Assunta R. Solvierai
Lidia Bollon

Eva Chaga
Inácio Alípio Crist
Edilso Ronsoni

Angelo Legoraro
Vivaldino Ronsoni
Augustinho Polazzo
Angelina V. Zanola

Sueli Lucia Ronsoni
Yacira Bertoldo
Celso Testolin



C. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 22
Visto

Vidalci Lira Piacentini

Ruiz Lini Borge

Ida Piacentini

Aleixo ~~Costa~~

Antonio Costolan

Claudino Pellon

Catarina Lefia Costolan

Clotilde Palazzo

Edna Baldi

Vitoria Delucio

Tereza Guzin

Antonia Tranta

Vinicius

Lucio M. Christ

Desemina Leite Taronio

Guigo Malagi

Celia R. Taronio

CARTÓRIO VIEIRA
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS
DOCUMENTO PROTOCOLADO REGISTRADO E ARQUIVADO
SOB MICROFILME Nº

PATO BRANCO 01 SET. 2003 33915

Marcelo Bresolin - Escrevente
Jaqueline Samara - Escrevente
Tel.: (46) 3241-2455

CARTÓRIO VIEIRA

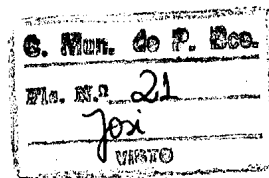
Conforme Lei 13.228

o Solo foi inserido na

1ª via deste documento

Marcelo Bresolin

Escrevente



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS DE SÃO ROQUE DO CHOPIM

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS DE SÃO ROQUE DO CHOPIM, também designada pela sigla, AISRC, constituída em 17 de setembro de 1997, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sede no Distrito de São Roque do Chopim, município de Pato Branco, Estado do Paraná e foro em Pato Branco.

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS DE SÃO ROQUE DO CHOPIM tem por finalidade caráter social, cultural e recreativo de fins não lucrativos e não políticos.

Art. 3º - No desenvolvimento de suas atividades, a AISRC não fará qualquer discriminação.

Art. 4º - A AISRC terá um regimento interno que, aprovado pela Assembléia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 5º - A fim de cumprir sua finalidade, a instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno aludido no artigo 4º.

CAPÍTULO II DOS SÓCIOS

Art. 6º - A AISRC é constituída por número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias: (fundador, benfeitor, honorário, contribuinte e outros).

Art. 7º - São direitos dos sócios quites com suas obrigações sociais:

- I – votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II – tomar parte nas assembléias gerais;
- III – (outras que julgar necessárias).

Art. 8º - São deveres dos sócios:

- I – cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II – acatar as determinações da Diretoria;
- III – (outras que julgar necessárias).

Art. 9º - Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da instituição.



CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10 – A AISRC será administrada por:

- I – assembléia geral;
- II – diretoria;
- III – conselho fiscal.

Art. 11 – A assembléia geral, órgão soberano da instituição constituir-se-á dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 12 – Compete à assembléia geral:

- I – eleger a diretoria e o conselho fiscal;
- II – decidir sobre reformas do Estatuto;
- III – decidir sobre a extinção da entidade nos termos do artigo 30;
- IV – decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V – aprovar o Regimento Interno;
- VI – (outras que julgar necessárias).

Art. 13 – A assembléia geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I – apreciar o relatório anual da diretoria;
- II – discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal;
- III – (outras que julgar necessárias).

Art. 14 – A assembléia geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I – pela diretoria;
- II – pelo conselho fiscal;
- III – por requerimento de 50% + 1 sócio quite com as obrigações sociais.

Art. 15 – A convocação da assembléia geral será feita por meio de edital afixado na sede da instituição, publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 07 (sete) dias.

Parágrafo único. Qualquer assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos sócios, e, em segunda convocação, com qualquer número.

Art. 16 – A diretoria será constituída por um presidente, um coordenador, um vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros.

Parágrafo único. O mandato da diretoria será de 02 (dois) anos, sendo permitido reeleições consecutivas, quantas forem desejadas.

Art. 17 – Compete à Diretoria:

- I – elaborar e executar programa anual de atividades;
- II – elaborar e apresentar, à assembléia geral, o relatório anual;

III – entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;

IV – contratar e demitir funcionários;

V – (outras que julgar necessárias).

Art. 18 – A diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês

Art.19 – Compete ao coordenador:

I – coordenar os trabalhos e atividades da AISRC;

II – auxiliar a diretoria no desempenho de suas funções;

III – (outras que julgar necessárias).

Art. 20 – Compete ao presidente:

I – representar a AISRC judicial e extrajudicialmente;

II – cumprir e fazer cumprir este estatuto e o regimento interno;

III – presidir a assembléia geral;

IV – convocar e presidir as reuniões da diretoria.

V – (outras que julgar necessárias).

Art. 21 – Compete ao vice-presidente:

I – substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos;

II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III – prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 22 – Compete ao primeiro secretário:

I – secretaria as reuniões da diretoria e assembléia geral e redigir as atas;

II – publicar todas as notícias das atividades da entidade;

III – (outras que julgar necessárias).

Art. 23 – Compete ao segundo secretário:

I – substituir o primeiro secretário em suas faltas ou impedimentos;

II – assumir o mandato, em caso de vacância, até seu término;

III – prestar, de modo geral, a sua colaboração do primeiro secretário.

Art. 24 – Compete ao primeiro tesoureiro:

I – arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;

II – pagar as contas autorizadas pelo presidente;

III – apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados;

IV – apresentar o relatório financeiro para ser submetido à assembléia geral;

V – apresentar semestralmente o balancete ao conselho fiscal;

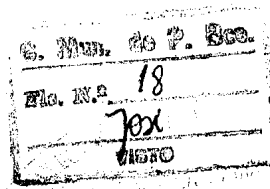
VI – conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;

VII – manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;

VIII – (outras que julgar necessárias).

Art. 25 – Compete ao segundo tesoureiro:

I – substituir o primeiro tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;



- II – assumir o mandato, em caso de vacância, até seu término;
- III – prestar, de modo geral, a sua colaboração do 1º tesoureiro.

Art. 26 – O conselho fiscal será constituído por 03 (três) membros e seus respectivos suplentes eleitos pela assembléia geral.

§ 1º - O mandato do conselho fiscal será coincidente com o mandato da diretoria.

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo presente respectivo suplente, até seu término.

Art. 27 – Compete ao conselho fiscal:

- I – examinar os livros de escrituração da entidade;
- II – examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro, opinando a respeito;
- III – apreciar os balanços e inventários que acompanham;
- IV – opinar sobre a aquisição e alienação de bens;
- V – (outras que julgar necessárias).

Parágrafo único. O conselho reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 28 – As atividades dos diretores e conselheiros, bem como as dos sócios, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO

Art. 29 – O patrimônio da AISRC será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública.

Art. 30 – No caso de dissolução da instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional de Serviço Social.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31 – A AISRC será dissolvida por decisão da assembléia geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 32 – O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em assembléia geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

6.º Mesa do P.ª Mesa
Data 17
Jesi
MUNDO

Art. 33 – Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria e referendados pela assembléia geral.

Pato Branco, 1º de novembro de 2000.

Presidente-----Angelina Zanolla Angelina Zanolla


Dr. Alceu Renato Jacobs
OAB/PR 20.351



Receita Federal

G. Mun. de P. Bco.
Fls. N.º 16
7xi
VISTO

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

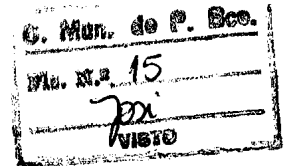
		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.726.331/0001-64	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 07/11/2000
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE IDOSOS DE SAO ROQUE DO CHOPIM			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 91.99-5-00 - Outras atividades associativas,ne			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 302-6 - ASSOCIACAO			
LOGRADOURO DISTRITO DE SAO ROQUE DO CHOPIM	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
CEP 85.503-230	BAIRRO/DISTRITO SAO ROQUEM	MUNICÍPIO PATO BRANCO	UF PR
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/08/2002	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia **23/04/2003** às **17:22:42** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

**ASSOCIAÇÃO DE 3ª IDADE
SÃO ROQUE DO CHOPIM**



Pato Branco, 16 de julho de 2003.

Ilmo Sr.
Enio Ruaro
DD Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Em cumprimento ao que dispõe a letra c, do Inciso I, do artº 1º da lei municipal nº 2.146, de 12 de abril de 2002, viemos respeitosamente informar esta Colenda Casa Legislativa, no que se refere ao balanço patrimonial, que esta entidade é sem fins lucrativos conforme estabelecido no Estatuto desta associação, tendo como patrimônio 01 terreno doado por este Poder Legislativo através de lei específica, mediante cláusula de inalienabilidade permanente, onde está sendo construída a sede desta entidade, a fim de dispor de espaço adequado para se desenvolver as atividades necessárias visando a boa convivência solidária, educacional, cultural, social e de lazer dos idosos deste Distrito.

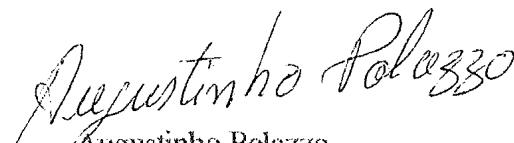
Esta entidade dispõe de recursos financeiros aplicados em instituição financeira, no entanto os mesmos estão sendo aplicados na construção da sede da associação; sendo portanto o patrimônio o que foi anteriormente exposto.

Quanto à demonstração do resultado do exercício, o mesmo se encontra discriminado na própria declaração do imposto de renda.

O restante da documentação necessária se encontra em apenso à este ofício.

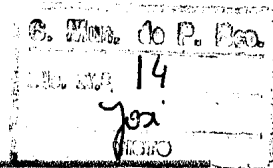
Na certeza de vossa costumeira atenção e compreensão, antecipamos nossos sinceros agradecimentos.

Atenciosamente


Augustinho Polazzo
Presidente

Distrito de São Roque do Chopim - Pato Branco-Pr

**ASSOCIAÇÃO DE 3ª IDADE
SÃO ROQUE DO CHOPIM**



Pato Branco, 16 de julho de 2003.

Ilmo Sr.
Enio Ruaro
DD Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Em cumprimento ao que dispõe a letra c, do Inciso I, do artº 1º da lei municipal nº 2.146, de 12 de abril de 2002, viemos respeitosamente informar esta Colenda Casa Legislativa, no que se refere ao balanço patrimonial, que esta entidade é sem fins lucrativos conforme estabelecido no Estatuto desta associação, tendo como patrimônio 01 terreno doado por este Poder Legislativo através de lei específica, mediante cláusula de inalienabilidade permanente, onde está sendo construída a sede desta entidade, a fim de dispor de espaço adequado para se desenvolver as atividades necessárias visando a boa convivência solidária, educacional, cultural, social e de lazer dos idosos deste Distrito.

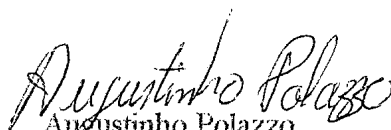
Esta entidade dispõe de recursos financeiros aplicados em instituição financeira, no entanto os mesmos estão sendo aplicados na construção da sede da associação; sendo portanto o patrimônio o que foi anteriormente exposto.

Quanto à demonstração do resultado do exercício, o mesmo se encontra discriminado na própria declaração do imposto de renda.

O restante da documentação necessária se encontra em apenso à este ofício.

Na certeza de vossa costumeira atenção e compreensão, antecipamos nossos sinceros agradecimentos.

Atenciosamente


Augustinho Polazzo
Presidente

Distrito de São Roque do Chopim - Pato Branco-Pr



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

G. Mun. de P. Bca.
No. 13
Joni
VOTO

LEI N° 2.146

Data: 12 de abril de 2002.

Súmula: Acrescenta e altera disposições da lei nº 1.046, de 2 de julho de 1991.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os incisos I e III do artigo 1º da lei 1.046, de 2 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1º

I – que possuem personalidade jurídica há mais de um ano, instruindo o requerimento com cópias autenticadas, dos seguintes documentos:

- a) estatuto registrado em cartório;
- b) ata da eleição de sua diretoria atual, registrada em cartório;
- c) balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- d) declaração de isenção de Imposto de Renda;
- e) inscrição atualizada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

III- que a entidade não remunera a qualquer título, os cargos de sua diretoria e não distribui, entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, que aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social” (NR)

Parágrafo único. Os requisitos estipulados no inciso III deste artigo deverão constar expressamente nos estatutos sociais das entidades mencionadas nesta lei. (AC)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Esta lei decorre de projeto de lei de autoria do Vereador Enio Ruaro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco em, 12 de abril de 2002.

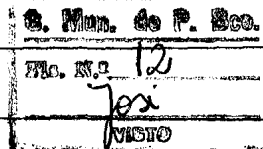
Clóvis Santo Padoan
Prefeito Municipal

PUBLICADO
Jornal Diário do Povo
N.º 2782 Data 22.05.1962
Assinatura Mário José

DIPJ 2003

CNPJ: 04.726.331/0001-64

Nome Empresarial: ASSOCIACAO DE IDOSOS DE SAO ROQUE DO CHOPIN



DADOS DA DECLARAÇÃO

Período: 01/01/2002 a 31/12/2002

Ano-calendário: 2002

Situação da Declaração: Normal

Retificadora: NÃO

Refis: NÃO

Optante RET: NÃO

Ativos no Exterior: NÃO

Forma de Tributação do Lucro: Isenta do IRPJ

Tipo de Entidade: Associação Civil

Apuração da CSLL: Desobrigada

Desenquadramento: NÃO

Apuração e Informações de IPI no Período: NÃO

PIS/Pasep E Cofins

MÊS	PIS/Pasep a Pagar	Cofins a Pagar
Jan	0,00	0,00
Fev	0,00	0,00
Mar	0,00	0,00
Abr	0,00	0,00
Mai	0,00	0,00
Jun	0,00	0,00
Jul	0,00	0,00
Ago	0,00	0,00
Set	0,00	0,00
Out	0,00	0,00
Nov	0,00	0,00
Dez	0,00	0,00

As informações prestadas na DIPJ correspondem à expressão da verdade (Decreto-lei n.º 2.124/84, art. 5º e Lei nº 9.779/99, art. 16).

Valor da Multa em caso de entrega da declaração fora do prazo: R\$ 500,00

DADOS DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Nome: ANGELINA ZANOLLA

CPF: 718.346.309-59

Telefone: (46) 2131158

Ramal:

FAX: ()

Correio Eletrônico:

Declaração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 23/04/2003 às 17:28:35
0040977177

Versão: 1.00

07.64.76.70.36

D I P J 2003

Ficha 01 - Dados Iniciais

CNPJ: 04.726.331/0001-64

Situação da Declaração: Normal

Optante pelo RET: NÃO

Ano-Calendário: 2002

Retificadora: NÃO

Optante Refis: NÃO

Período: 01/01/2002 a 31/12/2002

Forma de Tributação do Lucro: Isenta do IRPJ

Apuração da CSLL: Desobrigada

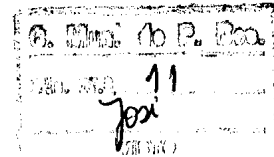
Tipo de Entidade: Associação Civil

Desenquadramento: NÃO

Apuração de PIS/Pasep e Confins a Alíquotas Diferenciadas: NÃO

Apuração e Informações de IPI no Período: NÃO

Ativos no Exterior: NÃO



Ficha 02 - Dados Cadastrais

Nome Empresarial: ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS DE SÃO ROQUE DO CHOPIN

Código da Natureza Jurídica:

12-6 - Associação

Código da Atividade Econômica (CNAE-Fiscal):

91.99-5/00 - Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente

Logradouro: DISTRITO DE SÃO ROQUE DO CHOPIN

Número: SN

Complemento: SÃO ROQUE DO CHOPIN

Bairro/Distrito: SÃO ROQUE DO CHOPIN

UF: PR

Município: PATO BRANCO

CEP: 85503-230

DDD: 46

Telefone: 2131158

DDD:

FAX:

Caixa Postal:

UF:

CEP:

Correio Eletrônico:

Ficha 03 - Dados do Representante e do Responsável

DADOS DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Nome: ANGELINA ZANOLLA

CPF: 718.346.309-59

DDD: 46

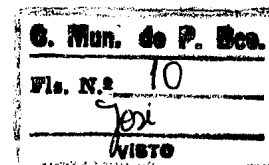
Telefone: 2131158

Ramal:

DDD:

Fax:

Correio Eletrônico:



DADOS DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

Nome: VALDEMIR LUZI BIAVA

CPF: 604.339.149-04

CRC: 03356103

UF: PR

DDD: 46

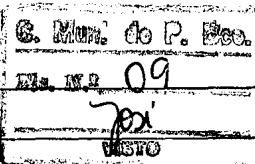
Telefone: 2554454

Ramal:

DDD:

Fax:

Correio Eletrônico: biava@wln.com.br



cha 19A - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep

Discriminação

Janeiro

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

01.Faturamento/Receita Bruta	0,00
02.Receitas de Variações Cambiais - Operações Liquidadas no Mês	0,00
03.Receitas Diferidas em Períodos Anteriores	0,00
ISENÇÕES E EXCLUSÕES	
04.(-)Receitas Isentas	0,00
05.(-)Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais	0,00
06.(-)IPI e ICMS/Substituto Tributário	0,00
07.(-)Receitas de Variações Cambiais Auferidas no Mês	0,00
08.(-)Reversão Prov. Recup. Créditos Baixados como Perda	0,00
09.(-)Resultados Positivos em Participações Societárias e em SCP	0,00
10.(-)Vendas de Bens do Ativo Permanente	0,00
11.(-)Vendas de Produtos/Mercadorias Sujeitas à Substituição	0,00
12.(-)Vendas de Produtos/Mercadorias com Alíquotas Diferenciadas	0,00
13.(-)Receitas Diferidas no Período	0,00
14.(-)Receitas de Vendas Auferidas no âmbito do MAE	
15.(-)Exclusões Permitidas às Sociedades Cooperativas	0,00
16.(-)Receitas Auferidas Sujeitas à Incidência Cumulativa	
17.(-)Outras Exclusões	0,00
18.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FATURAMENTO	0,00
19.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - INCIDÊNCIA CUMULATIVA	
20.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - SUBSTITUIÇÃO	0,00
21.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FOLHA DE SALÁRIOS	0,00
22.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - REA/MAE	

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

23.Contribuição para o PIS/Pasep Apurada	0,00
--	------

DESCONTOS DE CRÉDITOS

- 24.(-)Saldo credor PIS/Pasep mês anterior (Lei nº 10.637/2002, art. 3º, § 4º)
- 25.(-)Créditos do PIS/Pasep no mês (Lei nº 10.637/2002, art. 3º)
- 26.(-)Parc Mensal Crédito PIS/Pasep - Estoque Abertura (Lei 10.637/2002,art.11)

27.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP APÓS OS DESCONTOS DE CRÉDITOS

DEDUÇÕES

28.(-)Contribuição para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Órgão Público	0,00
29.(-)Contrib para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Soc Cooperativa	0,00
30.(-)Comp de Subst pela não Ocorrência do Fato Gerador Presumido	0,00
31.(-)Crédito CIDE (Lei nº 10.336/2001, art. 8º)	0,00
32.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR	0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

33.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR RETIDA DE COOPERADOS	0,00
34.DEVOLUÇÕES VENDAS MERCADORIAS SUJEITAS A SUBSTITUIÇÃO/ALÍQ. DIFERENCIADAS	0,00

QUANTIDADE VENDIDA DE PRODUTOS SUJEITOS AO CRÉDITO DA CIDE

35.DEMAIS QUEROSENES EM M3	0,000
36.ÓLEOS COMBUSTÍVEIS EM T	0,000

Folha 19A - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep

Fla. N.º 08

Jeri
VISTO

Fevereiro

Discriminação

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

01.Faturamento/Receita Bruta	0,00
02.Receitas de Variações Cambiais - Operações Liquidadas no Mês	0,00
03.Receitas Diferidas em Períodos Anteriores	0,00
ISENÇÕES E EXCLUSÕES	
04.(-)Receitas Isentas	0,00
05.(-)Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais	0,00
06.(-)IPI e ICMS/Substituto Tributário	0,00
07.(-)Receitas de Variações Cambiais Auferidas no Mês	0,00
08.(-)Reversão Prov. Recup. Créditos Baixados como Perda	0,00
09.(-)Resultados Positivos em Participações Societárias e em SCP	0,00
10.(-)Vendas de Bens do Ativo Permanente	0,00
11.(-)Vendas de Produtos/Mercadorias Sujeitas à Substituição	0,00
12.(-)Vendas de Produtos/Mercadorias com Alíquotas Diferenciadas	0,00
13.(-)Receitas Diferidas no Período	0,00
14.(-)Receitas de Vendas Auferidas no âmbito do MAE	
15.(-)Exclusões Permitidas às Sociedades Cooperativas	0,00
16.(-)Receitas Auferidas Sujeitas à Incidência Cumulativa	
17.(-)Outras Exclusões	0,00
18.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FATURAMENTO	0,00
19.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - INCIDÊNCIA CUMULATIVA	
20.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - SUBSTITUIÇÃO	0,00
21.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FOLHA DE SALÁRIOS	0,00
22.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - REA/MAE	

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

23.Contribuição para o PIS/Pasep Apurada	0,00
--	------

DESCONTOS DE CRÉDITOS

24.(-)Saldo credor PIS/Pasep mês anterior (Lei nº 10.637/2002, art. 3º, § 4º)	
25.(-)Créditos do PIS/Pasep no mês (Lei nº 10.637/2002, art. 3º)	
26.(-)Parc Mensal Crédito PIS/Pasep - Estoque Abertura (Lei 10.637/2002,art.11)	
27.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP APÓS OS DESCONTOS DE CRÉDITOS	

DEDUÇÕES

28.(-)Contribuição para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Órgão Público	0,00
29.(-)Contrib para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Soc Cooperativa	0,00
30.(-)Comp de Subst pela não Ocorrência do Fato Gerador Presumido	0,00
31.(-)Crédito CIDE (Lei nº 10.336/2001, art. 8º)	0,00
32.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR	0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

33.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR RETIDA DE COOPERADOS	0,00
34.DEVOLUÇÕES VENDAS MERCADORIAS SUJEITAS A SUBSTITUIÇÃO/ALÍQ. DIFERENCIADAS	0,00

QUANTIDADE VENDIDA DE PRODUTOS SUJEITOS AO CRÉDITO DA CIDE

35.DEMAIS QUEROSENEIS EM M3	0,000
36.ÓLEOS COMBUSTÍVEIS EM T	0,000

Folha 19A - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep

Fls. N.º 07

Discriminação

Março

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

01.Faturamento/Receita Bruta	0,00
02.Receitas de Variações Cambiais - Operações Liquidadas no Mês	0,00
03.Receitas Diferidas em Períodos Anteriores	0,00
ISENÇÕES E EXCLUSÕES	
04.(-)Receitas Isentas	0,00
05.(-)Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais	0,00
06.(-)IPI e ICMS/Substituto Tributário	0,00
07.(-)Receitas de Variações Cambiais Auferidas no Mês	0,00
08.(-)Reversão Prov. Recup. Créditos Baixados como Perda	0,00
09.(-)Resultados Positivos em Participações Societárias e em SCP	0,00
10.(-)Vendas de Bens do Ativo Permanente	0,00
11.(-)Vendas de Produtos/Mercadorias Sujeitas à Substituição	0,00
12.(-)Vendas de Produtos/Mercadorias com Alíquotas Diferenciadas	0,00
13.(-)Receitas Diferidas no Período	0,00
14.(-)Receitas de Vendas Auferidas no âmbito do MAE	
15.(-)Exclusões Permitidas às Sociedades Cooperativas	0,00
16.(-)Receitas Auferidas Sujeitas à Incidência Cumulativa	
17.(-)Outras Exclusões	0,00
18.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FATURAMENTO	0,00
19.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - INCIDÊNCIA CUMULATIVA	
20.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - SUBSTITUIÇÃO	0,00
21.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FOLHA DE SALÁRIOS	0,00
22.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - REA/MAE	
CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	
23.Contribuição para o PIS/Pasep Apurada	0,00
DESCONTOS DE CRÉDITOS	
24.(-)Saldo credor PIS/Pasep mês anterior (Lei nº 10.637/2002, art. 3º, § 4º)	
25.(-)Créditos do PIS/Pasep no mês (Lei nº 10.637/2002, art. 3º)	
26.(-)Parc Mensal Crédito PIS/Pasep - Estoque Abertura (Lei 10.637/2002, art.11)	
27.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP APÓS OS DESCONTOS DE CRÉDITOS	
DEDUÇÕES	
28.(-)Contribuição para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Órgão Público	0,00
29.(-)Contrib para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Soc Cooperativa	0,00
30.(-)Comp de Subst pela não Ocorrência do Fato Gerador Presumido	0,00
31.(-)Crédito CIDE (Lei nº 10.336/2001, art. 8º)	0,00
32.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR	0,00
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
33.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR RETIDA DE COOPERADOS	0,00
34.DEVOLUÇÕES VENDAS MERCADORIAS SUJEITAS A SUBSTITUIÇÃO/ALÍQ. DIFERENCIADAS	0,00
QUANTIDADE VENDIDA DE PRODUTOS SUJEITOS AO CRÉDITO DA CIDE	
35.DEMAIS QUEROSENES EM M3	0,000
36.ÓLEOS COMBUSTÍVEIS EM T	0,000

Folha 19A - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep

Discriminação

Abril

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

01.Faturamento/Receita Bruta	0,00
02.Receitas de Variações Cambiais - Operações Liquidadas no Mês	0,00
03.Receitas Diferidas em Períodos Anteriores	0,00
ISENÇÕES E EXCLUSÕES	
04.(-)Receitas Isentas	0,00
05.(-)Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais	0,00
06.(-)IPI e ICMS/Substituto Tributário	0,00
07.(-)Receitas de Variações Cambiais Auferidas no Mês	0,00
08.(-)Reversão Prov. Recup. Créditos Baixados como Perda	0,00
09.(-)Resultados Positivos em Participações Societárias e em SCP	0,00
10.(-)Vendas de Bens do Ativo Permanente	0,00
11.(-)Vendas de Produtos/Mercadorias Sujeitas à Substituição	0,00
12.(-)Vendas de Produtos/Mercadorias com Alíquotas Diferenciadas	0,00
13.(-)Receitas Diferidas no Período	0,00
14.(-)Receitas de Vendas Auferidas no âmbito do MAE	
15.(-)Exclusões Permitidas às Sociedades Cooperativas	0,00
16.(-)Receitas Auferidas Sujeitas à Incidência Cumulativa	
17.(-)Outras Exclusões	0,00
18.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FATURAMENTO	0,00
19.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - INCIDÊNCIA CUMULATIVA	
20.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - SUBSTITUIÇÃO	0,00
21.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FOLHA DE SALÁRIOS	0,00
22.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - REA/MAE	

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

23.Contribuição para o PIS/Pasep Apurada	0,00
--	------

DESCONTOS DE CRÉDITOS

24.(-)Saldo credor PIS/Pasep mês anterior (Lei nº 10.637/2002, art. 3º, § 4º)	
25.(-)Créditos do PIS/Pasep no mês (Lei nº 10.637/2002, art. 3º)	
26.(-)Parc Mensal Crédito PIS/Pasep - Estoque Abertura (Lei 10.637/2002,art.11)	
27.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP APÓS OS DESCONTOS DE CRÉDITOS	

DEDUÇÕES

28.(-)Contribuição para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Órgão Público	0,00
29.(-)Contrib para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Soc Cooperativa	0,00
30.(-)Comp de Subst pela não Ocorrência do Fato Gerador Presumido	0,00
31.(-)Crédito CIDE (Lei nº 10.336/2001, art. 8º)	0,00
32.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR	0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

33.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR RETIDA DE COOPERADOS	0,00
34.DEVOLUÇÕES VENDAS MERCADORIAS SUJEITAS A SUBSTITUIÇÃO/ALÍQ. DIFERENCIADAS	0,00

QUANTIDADE VENDIDA DE PRODUTOS SUJEITOS AO CRÉDITO DA CIDE

35.DEMAIS QUEROSENES EM M3	0,000
36.ÓLEOS COMBUSTÍVEIS EM T	0,000

Folha 19A - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep

Fls. N.º 05

VISTO

Maio

Discriminação

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

01.Faturamento/Receita Bruta	0,00
02.Receitas de Variações Cambiais - Operações Liquidadas no Mês	0,00
03.Receitas Diferidas em Períodos Anteriores	0,00

ISENÇÕES E EXCLUSÕES

04.(-)Receitas Isentas	0,00
05.(-)Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais	0,00
06.(-)IPI e ICMS/Substituto Tributário	0,00
07.(-)Receitas de Variações Cambiais Auferidas no Mês	0,00
08.(-)Reversão Prov. Recup. Créditos Baixados como Perda	0,00
09.(-)Resultados Positivos em Participações Societárias e em SCP	0,00
10.(-)Vendas de Bens do Ativo Permanente	0,00
11.(-)Vendas de Produtos/Mercadorias Sujeitas à Substituição	0,00
12.(-)Vendas de Produtos/Mercadorias com Alíquotas Diferenciadas	0,00
13.(-)Receitas Diferidas no Período	0,00
14.(-)Receitas de Vendas Auferidas no âmbito do MAE	
15.(-)Exclusões Permitidas às Sociedades Cooperativas	0,00
16.(-)Receitas Auferidas Sujeitas à Incidência Cumulativa	
17.(-)Outras Exclusões	0,00
18.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FATURAMENTO	0,00
19.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - INCIDÊNCIA CUMULATIVA	
20.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - SUBSTITUIÇÃO	0,00
21.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FOLHA DE SALÁRIOS	0,00
22.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - REA/MAE	

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

23.Contribuição para o PIS/Pasep Apurada	0,00
--	------

DESCONTOS DE CRÉDITOS

24.(-)Saldo credor PIS/Pasep mês anterior (Lei nº 10.637/2002, art. 3º, § 4º)	
25.(-)Créditos do PIS/Pasep no mês (Lei nº 10.637/2002, art. 3º)	
26.(-)Parc Mensal Crédito PIS/Pasep - Estoque Abertura (Lei 10.637/2002,art.11)	
27.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP APÓS OS DESCONTOS DE CRÉDITOS	

DEDUÇÕES

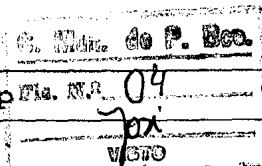
28.(-)Contribuição para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Órgão Público	0,00
29.(-)Contrib para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Soc Cooperativa	0,00
30.(-)Comp de Subst pela não Ocorrência do Fato Gerador Presumido	0,00
31.(-)Crédito CIDE (Lei nº 10.336/2001, art. 8º)	0,00
32.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR	0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

33.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR RETIDA DE COOPERADOS	0,00
34.DEVOLUÇÕES VENDAS MERCADORIAS SUJEITAS A SUBSTITUIÇÃO/ALÍQ. DIFERENCIADAS	0,00

QUANTIDADE VENDIDA DE PRODUTOS SUJEITOS AO CRÉDITO DA CIDE

35.DEMAIS QUEROSENES EM M3	0,000
36.ÓLEOS COMBUSTÍVEIS EM T	0,000



Ficha 19A - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep

Discriminação

Junho

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

01. Faturamento/Receita Bruta	0,00
02. Receitas de Variações Cambiais - Operações Liquidadas no Mês	0,00
03. Receitas Diferidas em Períodos Anteriores	0,00
ISENÇÕES E EXCLUSÕES	
04. (-) Receitas Isentas	0,00
05. (-) Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais	0,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ECONÔMICO-FISCAIS DA PESSOA JURÍDICA

D I P J 2003

Ficha 01 - Dados Iniciais

CNPJ: 04.726.331/0001-64

Ano-Calendário: 2002

Situação da Declaração: Normal

Retificadora: NÃO

Optante pelo RET: NÃO

Optante Refis: NÃO

Período: 01/01/2002 a 31/12/2002

Forma de Tributação do Lucro: Isenta do IRPJ

Apuração da CSLL: Desobrigada

Tipo de Entidade: Associação Civil

Desenquadramento: NÃO

Apuração de PIS/Pasep e Confins a Alíquotas Diferenciadas: NÃO

Apuração e Informações de IPI no Período: NÃO

Ativos no Exterior: NÃO

Ficha 02 - Dados Cadastrais

Nome Empresarial: ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS DE SÃO ROQUE DO CHOPIN

Código da Natureza Jurídica:

302-6 - Associação

Código da Atividade Econômica (CNAE-Fiscal):

91.99-5/00 - Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente

Logradouro: DISTRITO DE SÃO ROQUE DO CHOPIN

Número: SN

Complemento: SÃO ROQUE DO CHOPIN

Bairro/Distrito: SÃO ROQUE DO CHOPIN

UF: PR

Município: PATO BRANCO

CEP: 85503-230

DDD: 46

Telefone: 2131158

DDD:

FAX:

Caixa Postal:

UF:

CEP:

Correio Eletrônico:

Ficha 03 - Dados do Representante e do Responsável**DADOS DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA**

Nome: ANGELINA ZANOLLA

CPF: 718.346.309-59

DDD: 46

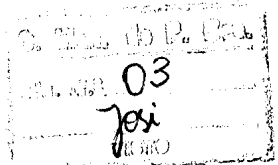
Telefone: 2131158

Ramal:

DDD:

Fax:

Correio Eletrônico:

**DADOS DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO**

Nome: VALDEMIR LUZI BIAVA

CPF: 604.339.149-04

CRC: 03356103

UF: PR

DDD: 46

Telefone: 2554454

Ramal:

DDD:

Fax:

Correio Eletrônico: biava@wln.com.br

Folha 19A - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep

Discriminação

Fevereiro

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

01.Faturamento/Receita Bruta	0,00
02.Receitas de Variações Cambiais - Operações Liquidadas no Mês	0,00
03.Receitas Diferidas em Períodos Anteriores	0,00
ISENÇÕES E EXCLUSÕES	
04.(-)Receitas Isentas	0,00
05.(-)Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais	0,00
06.(-)IPI e ICMS/Substituto Tributário	0,00
07.(-)Receitas de Variações Cambiais Auferidas no Mês	0,00
08.(-)Reversão Prov. Recup. Créditos Baixados como Perda	0,00
09.(-)Resultados Positivos em Participações Societárias e em SCP	0,00
10.(-)Vendas de Bens do Ativo Permanente	0,00
11.(-)Vendas de Produtos/Mercadorias Sujeitas à Substituição	0,00
12.(-)Vendas de Produtos/Mercadorias com Aliquotas Diferenciadas	0,00
13.(-)Receitas Diferidas no Período	0,00
14.(-)Receitas de Vendas Auferidas no âmbito do MAE	
15.(-)Exclusões Permitidas às Sociedades Cooperativas	0,00
16.(-)Receitas Auferidas Sujeitas à Incidência Cumulativa	
17.(-)Outras Exclusões	0,00
18.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FATURAMENTO	0,00
19.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - INCIDÊNCIA CUMULATIVA	
20.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - SUBSTITUIÇÃO	0,00
21.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FOLHA DE SALÁRIOS	0,00
22.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - REA/MAE	
CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	
23.Contribuição para o PIS/Pasep Apurada	0,00
DESCONTOS DE CRÉDITOS	
24.(-)Saldo credor PIS/Pasep mês anterior (Lei nº 10.637/2002, art. 3º, § 4º)	
25.(-)Créditos do PIS/Pasep no mês (Lei nº 10.637/2002, art. 3º)	
26.(-)Parc Mensal Crédito PIS/Pasep - Estoque Abertura (Lei 10.637/2002,art.11)	
27.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP APÓS OS DESCONTOS DE CRÉDITOS	
DEDUÇÕES	
28.(-)Contribuição para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Órgão Público	0,00
29.(-)Contrib para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Soc Cooperativa	0,00
30.(-)Comp de Subst pela não Ocorrência do Fato Gerador Presumido	0,00
31.(-)Crédito CIDE (Lei nº 10.336/2001, art. 8º)	0,00
32.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR	0,00
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
33.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR RETIDA DE COOPERADOS	0,00
34.DEVOLUÇÕES VENDAS MERCADORIAS SUJEITAS A SUBSTITUIÇÃO/ALÍQ. DIFERENCIADAS	0,00
QUANTIDADE VENDIDA DE PRODUTOS SUJEITOS AO CRÉDITO DA CIDE	
35.DEMAIS QUEROSENES EM M3	0,000
36.ÓLEOS COMBUSTÍVEIS EM T	0,000

Folha 19A - Cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep

Fls. N.º 01

VISTO

Janeiro

Discriminação

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

01.Faturamento/Receita Bruta	0,00
02.Receitas de Variações Cambiais - Operações Liquidadas no Mês	0,00
03.Receitas Diferidas em Períodos Anteriores	0,00
ISENÇÕES E EXCLUSÕES	
04.(-)Receitas Isentas	0,00
05.(-)Vendas Canceladas, Devoluções e Descontos Incondicionais	0,00
06.(-)IPI e ICMS/Substituto Tributário	0,00
07.(-)Receitas de Variações Cambiais Auferidas no Mês	0,00
08.(-)Reversão Prov. Recup. Créditos Baixados como Perda	0,00
09.(-)Resultados Positivos em Participações Societárias e em SCP	0,00
10.(-)Vendas de Bens do Ativo Permanente	0,00
11.(-)Vendas de Produtos/Mercadorias Sujeitas à Substituição	0,00
12.(-)Vendas de Produtos/Mercadorias com Alíquotas Diferenciadas	0,00
13.(-)Receitas Diferidas no Período	0,00
14.(-)Receitas de Vendas Auferidas no âmbito do MAE	
15.(-)Exclusões Permitidas às Sociedades Cooperativas	0,00
16.(-)Receitas Auferidas Sujeitas à Incidência Cumulativa	
17.(-)Outras Exclusões	0,00
18.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FATURAMENTO	0,00
19.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - INCIDÊNCIA CUMULATIVA	
20.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - SUBSTITUIÇÃO	0,00
21.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - FOLHA DE SALÁRIOS	0,00
22.BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - REA/MAE	

CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

23.Contribuição para o PIS/Pasep Apurada	0,00
--	------

DESCONTOS DE CRÉDITOS

- 24.(-)Saldo credor PIS/Pasep mês anterior (Lei nº 10.637/2002, art. 3º, § 4º)
 25.(-)Créditos do PIS/Pasep no mês (Lei nº 10.637/2002, art. 3º)
 26.(-)Parc Mensal Crédito PIS/Pasep - Estoque Abertura (Lei 10.637/2002, art.11)

27.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP APÓS OS DESCONTOS DE CRÉDITOS

DEDUÇÕES

28.(-)Contribuição para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Órgão Público	0,00
29.(-)Contrib para o PIS/Pasep Retida na Fonte por Soc Cooperativa	0,00
30.(-)Comp de Subst pela não Ocorrência do Fato Gerador Presumido	0,00
31.(-)Crédito CIDE (Lei nº 10.336/2001, art. 8º)	0,00
32.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR	0,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

33.CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP A PAGAR RETIDA DE COOPERADOS	0,00
34.DEVOLUÇÕES VENDAS MERCADORIAS SUJEITAS A SUBSTITUIÇÃO/ALÍQ. DIFERENCIADAS	0,00

QUANTIDADE VENDIDA DE PRODUTOS SUJEITOS AO CRÉDITO DA CIDE

35.DEMAIS QUEROSENES EM M3	0,000
36.ÓLEOS COMBUSTÍVEIS EM T	0,000